

PARTE E

AGÊNCIA MARÍTIMA E PORTUÁRIO

Conselho de Administração

Regulamento nº 1/2015

Regulamento do transporte inter-ilhas de Passageiros, Bagagens e Cargas por via Marítima

Preambulo

Enquanto país arquipélago, Cabo Verde tem no transporte marítimo interilhas o seu principal modo de garantia da mobilidade de pessoas e cargas e de integração efetiva de todo o território nacional. Este modo de transporte essencial para o desenvolvimento integrado de todas as ilhas, e operado totalmente por empresas privadas, não está devidamente regulamentado, sobretudo no que diz respeito às responsabilidades das partes envolvidas no processo.

Assim, é fundamental que sejam criadas as normas que regulamentem o transporte de passageiros, bagagens e mercadorias interilhas por via marítima.

Nestes termos,

Ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 12º dos Estatutos da AMP, que atribui as competências ao Conselho de Administração da Agência Marítima e Portuária, conjugadas com as alíneas b) do artigo 10º e a) do artigo 13º, todos do Decreto-Lei nº 49/2013, de 4 de Dezembro, que cria a Agência Marítima e Portuária e aprova os respetivos estatutos, e cumprindo o procedimento regulamentar previsto no artigo 20º do citado Decreto-Lei, manda a Agência Marítima e Portuária publicar o seguinte:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Regulamento destina-se a regular o transporte de passageiros, bagagens e cargas interilhas por via marítima, sem prejuízo do estabelecido na legislação em vigor e nas Convenções Internacionais vigentes sobre o Transporte de Passageiros, suas Bagagens e Cargas por via marítima.

Artigo 2º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) «Bagagem despachada», a parte da bagagem do passageiro que ultrapassa os limites fixados para a bagagem de mão;
- b) «Bilhete de passagem», o título de transporte emitido pelo transportador, que prova a existência do contrato de transporte entre aquele e um passageiro;
- c) «Contrato de transporte marítimo», aquele pelo qual uma pessoa - o transportador - se obriga perante outra - o interessado ou expedidor, mediante retribuição, a providenciar o transporte por via marítima de um passageiro ou de um passageiro sua bagagem e carga, conforme o caso;
- d) «Cardeck», Espaço do navio onde são parqueadas as viaturas durante o transporte;
- e) «Carga perigosa», - são cargas que, em virtude de serem explosivas, gases comprimidos ou liquefeitos, inflamáveis, oxidantes, venenosas, infetantes, radioativas, corrosivas ou substâncias contaminantes, possam apresentar riscos à tripulação, ao navio, às instalações portuárias ou ao ambiente, e encontram-se relacionadas no código IMDG;

f) «Código IMDG», Código Marítimo Internacional para Cargas Perigosas;

g) «AMP», Agência Marítima e Portuária;

h) «IMO», Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization);

i) «Mercadorias», «carga não acompanhada» ou simplesmente «carga» os bens transportados pelo navio que não constituem bagagem de qualquer passageiro;

j) «Passageiro», significa qualquer pessoa transportada em um navio sob um contrato de transporte.

CAPÍTULO II

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Artigo 3º

Contrato de transporte marítimo

1. O transportador deve definir no contrato, as condições que regulam o transporte marítimo de passageiros efectuados em navios próprios ou afretados, disponibilizando o mesmo contrato no seu website, nas gares marítimas, nos seus escritórios, nas bilheteiras, nos locais de embarque e desembarque, nas agências e através de outros meios que se revelem adequados à sua máxima divulgação.

2. Do referido contrato, deve constar os requisitos mínimos referentes às condições gerais e específicas exigidas e aprovadas pela entidade reguladora do sector marítimo e portuário.

Artigo 4º

Bilhete de passagem

1. O transporte de passageiros por via marítima é efetuado mediante um contrato entre o transportador e o passageiro, titulado pelo bilhete de passagem escrito em língua portuguesa.

2. No bilhete de passagem deve constar as seguintes informações:

- a) A identificação do transportador e do passageiro;
- b) O nome do navio;
- c) O porto de embarque e o de desembarque;
- d) A data e hora de embarque e de desembarque;
- e) As condições de viagem e o preço da passagem;
- f) A data e local de emissão;
- g) Sitio onde o passageiro pode consultar as condições e limites do Contrato de Transporte Marítimo de Passageiros;
- h) Volume e peso máximo da bagagem de mão;
- i) Datas de eventuais promoções;
- j) Possibilidade de alteração das datas e horas das viagens.

3. O bilhete de passagem é pessoal e intransferível e o passageiro só pode ceder sua posição contratual, mediante consentimento expresso do transportador.

4. O bilhete de passagem pode ser emitido em formato eletrónico.

Artigo 5º

Bagagem de mão

1. O passageiro tem direito a transportar consigo, sem qualquer custo adicional, bagagem de mão nas condições estabelecidas no contrato, elaborado pelo transportador, em conformidade com o disposto no artigo 3º.



2 122000 002215

2. Sempre que ocorrerem alterações nas condições de transporte da bagagem de mão, as mesmas devem ser publicitadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através dos meios e locais identificados no nº 1 do artigo 3º.

3. Não é permitido o transporte de qualquer equipamento ou material que possa representar perigo à segurança dos passageiros, ao navio e sua carga, bem como qualquer tipo de carga perigosa, tal como classificada pelo Código IMDG, enquanto bagagem de mão.

Artigo 6º

Bagagem despachada

1. A bagagem despachada é entregue ao transportador no local por este designado para o efeito, com uma antecedência de 30 (trinta) minutos em relação à hora de embarque dos passageiros.

2. O transportador deve fazer constar do contrato, o limite de peso ou volume da bagagem despachada que é transportada sem custo para o passageiro, bem como as tarifas a praticar para bagagem cujo peso ou volume ultrapasse o mesmo limite.

3. O transportador compromete-se a embarcar a bagagem despachada em boas condições de acondicionamento, e a entregá-la ao passageiro em balcão próprio no porto de destino.

4. No momento do despacho é entregue ao passageiro o recibo de bagagem, que é o comprovativo de recebimento pelo transportador da bagagem despachada, onde consta o peso ou volume e o custo do transporte, se este for cobrado.

5. Sem prejuízo do disposto em legislação especial, não é permitido o transporte de carga perigosa, tal como classificada pelo Código IMDG, enquanto bagagem despachada.

6. O transporte de armas e munições só é permitido mediante exibição da respetiva licença de uso e porte de arma e são as mesmas entregues à guarda do comandante do navio.

7. Animais de estimação são sempre considerados bagagens despachadas e têm de ser devidamente transportados em habitats adequados a providenciar pelo seu proprietário e/ou em compartimento especial para o efeito, em função do tamanho do animal, não se responsabilizando o transportador pela adequação das respetivas condições, alimentação ou cuidados específicos.

8. Em função da natureza do animal e dimensão do habitat, pode o transportador aceitar o transporte de animais de estimação como bagagem de mão.

Artigo 7º

Alimentação a bordo

1. O preço do bilhete não inclui o custo da alimentação do passageiro durante a viagem.

2. Em viagem com duração superior a 3 horas, o transportador tem de garantir a possibilidade de o passageiro adquirir água potável e produtos alimentares a bordo.

Artigo 8º

Atraso na saída ou cancelamento da viagem

Sem prejuízo do disposto no artigo 536º e seguintes do Código Marítimo, verificando atraso na saída por fato imputável ao transportador, o passageiro tem ainda direito a:

- a) Ser informado da situação no máximo 60 minutos após a hora programada de saída, em caso de cancelamento ou de atraso, pelo transportador ou, se for caso disso, pelo operador de terminal portuário, bem como das horas previstas de partida e de chegadas;
- b) Deve ainda ser assegurado pelo transportador ou, se for caso disso, pelo operador de terminal portuário, o acesso às informações referidas na alínea anterior, em formatos acessíveis, às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida;
- c) Em caso de cancelamento da viagem ou de ocorrência de atraso superior a 3 horas em relação à hora programada de saída, também por fato imputável ao transportador, deve assegurar gratuitamente uma refeição ao passageiro.

Artigo 9º

Embarque

1. O passageiro deve apresentar-se para o embarque, devidamente munido de um documento de identificação com fotografia e bilhete de embarque, com a antecedência de uma hora antes da indicada para a saída do navio, publicitada previamente pelo transportador.

2. Nenhuma criança com idade inferior a 12 anos pode embarcar-se sem a devida autorização dos pais, ou de pessoa a ela encarregada nos termos legais e só pode fazê-lo acompanhado de um adulto.

3. O transportador tem o direito de recusar o embarque ao passageiro que se apresenta após o término do prazo definido nos termos do número 1, sem prejuízo do estabelecido no artigo 537º do Código Marítimo.

4. O transportador tem o direito de recusar o embarque a passageiros que se apresentem em condições suscetíveis de criar perturbações a bordo.

Artigo 10º

Transporte de veículos

1. O transporte de veículos faz-se com ou sem condutor e está sujeito a tarifário próprio.

2. O frete de veículos com condutor inclui o transporte deste.

3. O frete de veículos sem condutor inclui o custo de embarque e desembarque.

4. Os veículos de transporte de mercadorias devem ser apresentados para embarque com uma antecedência mínima de 2 (duas) horas, em relação à hora indicada de saída do navio sob pena de não ser permitido o embarque.

5. Os veículos que não se enquadram nos designados no número anterior, devem ser apresentados para embarque com uma antecedência mínima de 1 (uma) hora, em relação à hora indicada de saída do navio sob pena de não ser permitido o embarque.

6. O transporte de veículos com condutor no cardeck pressupõe a sua imediata retirada pelo mesmo à chegada ao porto de destino, por forma a não causar constrangimentos no desembarque de outros veículos e carga.

7. O não cumprimento do disposto na alínea anterior, implica a assunção da responsabilidade por parte do Transportador para efectuar o referido serviço, pelos funcionários ou colaboradores, mediante o pagamento por parte do dono/legal representante, de uma taxa agravada em 50% (cinquenta por cento), tomando como referência o custo de embarque referido no nº3 deste artigo, por forma a evitar atrasos no desembarque e consequente saída do navio.

8. Qualquer custo adicional resultante da permanência nos portos ou terminais logísticos após o desembarque do veículo é da responsabilidade do dono, cabendo a este, tratar junto do operador portuário a devida remoção.

9. A receção pelo transportador de veículos com carga está sujeita à verificação e aceitação das condições de acondicionamento, volumetria e peso da mesma.

10. Se as condições referidas no número anterior não forem aceites, o transportador poderá, antes da receção, exigir ao dono da carga a correcção das mesmas ou efetuar a sob autorização e a expensas deste.

11. O transportador não é responsável por danos e furtos nos veículos transportados no cardeck, salvo se os mesmos resultarem de dano ou omissão dolosa ou negligente do mesmo.

Artigo 11º

Direitos dos passageiros

1. Os direitos dos passageiros estabelecidos no presente regulamento e demais legislação aplicável, não podem ser limitados ou omitidos através de quaisquer cláusulas restritivas constantes do contrato de transporte.



2122000 002215

2. O transportador, agentes de viagens, ou operadores turísticos não poderão recusar a emissão de um título de transporte a um passageiro, baseado na existência de qualquer deficiência física ou mobilidade reduzida do mesmo.

3. Os bilhetes de passagem de passageiros com deficiência física ou mobilidade reduzida são emitidos sem qualquer acréscimo de preço em relação aos preços aplicáveis a todos os demais passageiros.

4. Os passageiros com deficiência física ou mobilidade reduzida têm direito a pedir assistência especial de movimentação no embarque, viagem e desembarque, devendo o transportador responder de forma adequada ao pedido, sem qualquer acréscimo de encargos para os mesmos.

Artigo 12º

Apresentação para o embarque

1. Os passageiros que não se apresentem para embarque, nos termos e horas previstos no bilhete, bem como os que forem impedidos de embarcar ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 9º, não têm direito a qualquer reembolso.

2. Nos bilhetes referentes ao transporte cumulativo de passageiro em veículo deve aquele apresentar-se para check-in juntamente com a viatura, com a antecedência referida no nº 5 do artigo 10º, sob pena de, não o fazendo, o bilhete perder a validade, sem direito a reembolso.

3. Se, no prazo mínimo de 24 horas antes da hora prevista no bilhete para o início da viagem, o passageiro informar o transportador que desiste da viagem, o mesmo é reembolsado no valor correspondente ao bilhete.

4. Se o embarque não se verificar, por morte do passageiro, doença ou qualquer outra circunstância similar que objetiva e comprovadamente impeça o passageiro de viajar e tal fato seja comunicado ao transportador até à hora limite para o embarque, haverá lugar a reembolso correspondente a metade do valor do bilhete.

Artigo 13º

Passageiros com necessidades especiais

1. Os passageiros com necessidades especiais não podem ser discriminados ou excluídos do transporte por razão baseada na sua deficiência.

2. Os passageiros com necessidades especiais ou seus acompanhantes devem contactar o transportador com uma antecedência mínima de 24 horas em relação ao horário de embarque previsto, a fim de lhes ser prestado todo o apoio, no que respeita a acessos, acompanhantes, cães guia ou assistência especial.

Artigo 14º

Transporte de doentes

O transporte de doentes devidamente documentados, e ou por solicitação de uma estrutura de saúde (para outra), deve ser feito nas condições seguintes:

- O transportador deve adequar um espaço apropriado, para o transporte de doentes, por forma a garantir a sua segurança e privacidade durante a viagem;
- O espaço a que se refere a alínea anterior deve ter arejamento necessário, menor balanço possível, de fácil acesso e condições suficientes para alojar uma maca e um acompanhante.

CAPÍTULO III

TRANSPORTE DE CARGA

Artigo 15º

Entrega e levantamento de carga

1. A carga é entregue na área logística do transportador ou seu agente, com uma antecedência mínima em relação à hora de partida do navio, a fixar pelo transportador.

2. Quando a antecedência fixada nos termos do número anterior não for respeitada, o transportador pode recusar o embarque no horário inicialmente previsto.

3. O transporte de carga em veículos, fica ainda sujeito ao estatuído no artigo 10º.

4. São considerados cargas, animais vivos, que não sejam animais de estimação, e têm de ser devidamente acondicionados pelo dono em habitats adequados, a providenciar por este, ou em compartimento especial para o efeito, em função do tamanho do animal, não se responsabilizando o transportador pela adequação das respetivas condições, alimentação ou cuidados específicos durante a viagem.

5. Às cargas perigosas, armas e animais vivos aplica-se o estipulado nos nºs 5, 6, 7 e 8 do artigo 6º.

6. No ato de entrega da carga ao transportador, este emite uma “Ordem de Embarque” que fica na posse do representante do dono da carga e que serve para o levantamento da mesma no porto de destino.

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR

Artigo 16º

Responsabilidade por danos

1. Se em consequência de naufrágio, abalroação, explosão ou incêndio do navio ocorrerem danos nos passageiros, na sua bagagem e ainda na carga, o transportador responde por esses danos independentemente de responsabilidades partilhadas com outros agentes públicos ou privados.

2. As causas dos acontecimentos identificados no número anterior são apuradas pela Agência Marítima e Portuária (AMP), constituindo a peritagem efetuada por esta, prova suficiente para o apuramento de responsabilidades e aplicação do regime sancionatório.

3. Em caso de culpa do transportador, tem este o direito de recurso para os tribunais, cabendo-lhe o ónus da prova de que os eventos referidos no número anterior não resultaram de culpa sua.

Artigo 17º

Exoneração de responsabilidade

Em caso de cancelamento, atraso ou desvio de rota causado por condições meteorológicas que possam pôr em perigo a segurança do navio ou por circunstâncias excecionais que afetem a prestação de serviço de transporte contratada, o transportador fica exonerado de quaisquer obrigações de indemnização dos lesados.

Artigo 18º

Reclamações

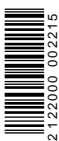
1. As reclamações por danos visíveis em bagagens devem ser apresentadas por escrito ao transportador, em modelo disponibilizado por este e aprovado pela entidade reguladora do setor marítimo e portuário, antes do desembarque para o caso da bagagem de mão, ou no momento da sua entrega, para o caso de bagagem despachada.

2. No caso de danos que não sejam visíveis e que se venham a constatar posteriormente à entrega de bagagem, bem como no caso de perdas constatadas no momento em que a bagagem deveria ser entregue, as reclamações devem ser apresentadas no prazo de 5 dias a contar data do desembarque.

3. A reclamação do dono da carga, só tem lugar no caso de a condição desta ter sido sujeita a vistoria ou inspeção conjunta nos momentos de embarque e desembarque.

4. O transportador deve comunicar ao utente a decisão da reclamação apresentada nos termos dos números anteriores no prazo máximo de 1 (um) mês.

5. Da decisão comunicada ao passageiro ou carregador, cabe recurso arbitral à entidade reguladora do setor marítimo e portuário.



2122000 002215

6. Na falta de acordo entre as partes, da decisão do transportador, pode o passageiro ou o carregador intentar a competente ação no tribunal, nos termos do n^o 2 do artigo seguinte.

Artigo 19^o

Regime indemnizatório

1. Sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, são fixados os seguintes valores para as indemnizações devidas aos passageiros ou seus representantes para o caso de perda total:

- a) 2.000\$00 (dois mil escudos) por kg (quilograma) de bagagem de mão, até ao limite máximo de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos);
- b) 2.000\$00 (dois mil escudos) por kg (quilograma) de bagagem despachada;
- c) Para veículos transportados, o seu valor comercial no mercado de Cabo Verde;
- d) Para o caso de danos por morte ou lesão corporal a responsabilidade do transportador é determinada de acordo com a legislação especial, designadamente a que regula o seguro de responsabilidade civil.

2. O pedido de indemnização por perdas e danos por parte do passageiro, dono da carga ou seus legítimos representantes, a que se refere o n^o 6 do artigo anterior, deve ser apresentado no prazo máximo de 2 (dois) anos contados a partir da data em que o desembarque efetivamente se verificou ou da data para este previsto.

Artigo 20^o

Horários

1. O transportador deve envidar os seus melhores esforços no sentido de efetuar o transporte do passageiro, a bagagem e a carga com prontidão.

2. Sempre que não possa garantir os horários, o transportador deve do fato avisar os passageiros e os donos da carga, bem como informá-los sobre os novos horários estimados, através dos meios referidos no n^o 1 do artigo 3^o.

3. O transportador pode, em caso fortuito ou de força maior e sem aviso prévio, fazer-se substituir por outros transportadores ou utilizar outros navios, desde que assegure qualidade idêntica à do navio substituído, alterar ou omitir escalas indicadas no bilhete e, ainda, alterar horários.

4. Nos casos previstos no número anterior, o transportador não assume a responsabilidade quanto a ligações com outros serviços, devendo, contudo, dar aos passageiros a opção de aceitar, ou não, a alteração, sendo neste caso reembolsados pelo valor do bilhete pago.

Artigo 21^o

Casos fortuitos e de força maior

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se caso fortuito e de força maior o fato de terceiro ou fato natural ou situação imprevisível ou inevitável, cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias do transportador, nomeadamente atos de guerra ou subversão, epidemias, radiações atômicas, fogo, raio, graves inundações, ciclone, tremores de terra, greves gerais ou setoriais e outros cataclismos naturais que diretamente afetam o integral cumprimento do contrato de transporte.

Artigo 22^o

Intervenção da entidade reguladora

Compete à entidade reguladora do setor marítimo e portuário, supervisionar o cumprimento do presente Regulamento e intervir, sempre que considerar que está em causa o correto equilíbrio das relações entre as partes contratantes.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23^o

Entrada em Vigor

O Presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Conselho de Administração da Agência Marítima e Portuária, em Mindelo, aos 11 de dezembro de 2015. – O Conselho de Administração, *António Cruz Lopes, Adriano Monteiro Fonseca e Carlos Alberto de Brito da Graça.*

—o—

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DOS PRODUTOS FARMACÊUTICOS E ALIMENTARES

Conselho de Administração

Deliberação n^o 02/2015

As contribuições constituem uma das receitas da Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) (cf. a alínea c) do artigo 64^o da lei n^o 14/VIII/2012, de 11 de Julho, que define o regime jurídico das entidades reguladoras independente (RJERI) e a alínea b) do artigo 44^o (anexo) do Decreto-lei n^o 22/2013, de 31 de Maio, que aprova os Estatutos da ARFA), visando, remunerar os custos específicos em que ARFA incorre no exercício da sua atividade de regulação e supervisão contínua e prudencial – serviço público de regulação pura prestado de modo indiscriminado a toda a comunidade, garantindo a segurança e qualidade dos produtos farmacêuticos e alimentares comercializados em Cabo Verde, bem como a promoção da concorrência nos setores farmacêutico e alimentar.

Assim,

Ouvidas as entidades reguladas, bem como outras entidades interessadas, designadamente os consumidores ou utilizadores, através dos seus representantes ou organização representativas.

Nos termos e no uso da faculdade conferida pelo artigo 13^o do Decreto-lei n^o 47/2013, de 27 de Novembro, que regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento da contribuição devidas a ARFA pela regulação dos produtos farmacêuticos e Alimentares, o Conselho de Administração, reunida em sessão ordinária do dia 3 de dezembro, determina o seguinte:

Artigo 1^o

1. É fixada a taxa da contribuição para o ano económico de 2016, no setor alimentar, em 0,3% sobre (i) o valor de bens alimentares importados destinados ao consumo humano e/ou à indústria alimentar, bem como sobre (ii) o valor de bens alimentares importados destinados ao consumo animal e/ou à indústria de alimentos para animais.

2. É fixada a taxa da contribuição para o ano económico de 2016, no setor farmacêutico, em 0,4% sobre (i) o rendimento proveniente de vendas de medicamentos de uso humano, bem como sobre (ii) o valor de demais produtos farmacêuticos importados.

3. Os produtos referidos nos números anteriores sobre os quais incidem a contribuição financeira constam da lista anexa a presente deliberação da qual faz parte integrante.

Artigo 2^o

A presente deliberação em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016.

Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares, na Praia, aos 3 de dezembro de 2015. – O Conselho de Administração, *Carla Djamila Monteiro Reis* - Presidente, *Emanuel Ângelo Teixeira Alves, e Patrícia Jorge Nobre Leite Miranda Alfama* - Administradores.



2122000 002215